



IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL¹

DENOMINAÇÃO: Casa da Pólvora: ruínas

LOGRADOURO: Ladeira de São Francisco

BAIRRO: Centro

CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: Século XVIII

TIPOLOGIA PRIMITIVA: Arquitetura civil de função pública

No ano de 1693, por meio de uma Carta Régia, o Capitão-Mor da Paraíba foi solicitado a informar o custo para a construção de uma casa da pólvora e armamentos na cidade, se comprometendo a Coroa Portuguesa de enviar os recursos necessários.

Por essa época o governo pagava o aluguel de uma casa utilizada para esta função, que segundo um documento datado de 1708, estava localizada na Rua Direita (atual Duque de Caxias), bem próximo ao “beco que vai para São Bento” (MOURA FILHA, 2010). Tal situação além de implicar em perigo permanente para as famílias que residiam próximo ao local, também se constituía em enorme gasto ao governo, pois o aluguel era bem significativo para a época.

Existiram na cidade três edificações destinadas a tal fim. A primeira, já referida. A segunda situava-se no Passeio Geral, edificada em um sítio localizado onde hoje existe a Rua Rodrigues Chaves, tendo sido esta demarcada com precisão na década de 1930 pelo Cel. Ávila Lins. Ambas foram completamente destruídas pela ação do tempo.

Somente esta terceira casa da pólvora, construída em uma colina existente na ladeira de São Francisco, por trás da Catedral, resistiu até nossos dias.

Segundo José Leal a mesma se encontra sobre os alicerces do antigo forte edificado quando da fundação da cidade, em 1585, juntamente com a Matriz de Nossa Senhora das Neves e as casas para câmara, cadeia e açougue. (LEAL, 1965)

Conforme inscrições nela contida, sabe-se que suas obras estavam concluídas em 1710, havendo sido sua planta executada em 1706. Assim, dava-se cumprimento ao que determinava a Carta Régia de 18 de Agosto de 1704, abaixo transcrita, que ordenava a sua construção ao Capitão-Mor Fernão de Barros e Vasconcelos.

¹Conteúdo elaborado a partir das referências bibliográficas disponíveis no link *Acervo Patrimonial*.



Fernão de Barros e Vasconcellos. Eu a Rainha da Grão Britanha, Infanta de Portugal, vos envio muito saudar. Mandando ver a conta que destes em carta de 26 de Março deste anno em como a casa da pólvora dessa praça estava no meyo da cidade e com grandíssimo dano della por estar rodeada de fogos, e que seria conveniente mandasse fazer outra fora da povoação onde estivesse com mayor segurança e ficasse livre da corrupção que recebia do lugar em que hoje se recolhia e por se reconhecer que esta obra he muy necessária. Me pareceo ordenavos (como por esta o faço) que com effeito se faça dita casa e como há de ir Engenheiro para essa capitania que a este ordenareis escolha o sítio e faça a planta para a casa da pólvora, pois nesta elleição a fabrica consiste a conservação dessa cidade e da pólvora, cuja obra se porá na praça e se arremetará a quem a fizer com mais comodo e conveniência de minha Fazenda. Escrita em Lisboa em 18 de Agosto de 1704. Rainha. (PINTO, 1977)

Considerando o uso a que se destinava, o prédio foi construído obedecendo a padrões da arquitetura militar da época. Trata-se de uma construção rústica e pesada, de único vão. A sua fachada voltada para o oeste é mais polida que as demais, estando enquadrada por cunhais em cantaria, apresentando ainda a Coroa do Rei de Portugal do século XVIII e uma lápide com as inscrições referentes à conclusão das obras. As paredes foram feitas em pedra calcária assentadas com argamassa de cal e barro dando-lhes assim um aspecto irregular. O teto em abóbada é de tijolos rejuntados com argamassa.

Concluída, logo entrou em funcionamento, porém, em 1713, uma carta régia tratava das medidas necessárias para melhor adequar o edifício a sua função, uma vez que o excessivo calor e umidade danificavam a pólvora (MOURA FILHA, 2010). Por este motivo, foi em seguida desativada, não se encontrando referências quanto ao seu uso por quase 200 anos, quando em 1902 passou a ser depósito de explosivos utilizados por uma companhia de pesca.

Por ser uma construção de caráter oficial pertenceu primitivamente à Coroa Portuguesa. Com a independência, até o ano de 1902, passou a ser um próprio nacional. Foi então arrematada em leilão pelo engenheiro Antônio Augusto de Figueiredo Carvalho que

MEMÓRIA JOÃO PESSOA

Informatizando a História do Nosso Patrimônio



tratou de conservá-la. Quando da sua morte coube como herança a um filho que a vendeu a um agiota. Este, em 1929 começou a demoli-la sendo impedido por despacho do prefeito da capital Dr. J. Ávila Lins, que solicitou ao arquiteto Clodoaldo Gouveia a elaboração de um projeto para sua restauração, a qual não se verificou.

Em 1977 encontrava-se em total abandono, ameaçando ruir devido à erosão na encosta onde se acha localizada. Foi então executada sua restauração sob a orientação da Fundação Cultural do Estado da Paraíba (FUNCEP) e utilizando recursos da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (SEPLAN/PR) e do Governo do Estado, dentro do Programa de Cidades Históricas.

As obras foram iniciadas a 12 de Janeiro de 1977 e concluídas a 28 de Fevereiro de 1979, sendo executados serviços de restauração do piso de pedra, da cantaria e cercaduras, do revestimento e da coberta, de acordo com os padrões pré-existentes no monumento. Além disso, foi feito um muro de arrimo para contenção da encosta.

Ao término dos serviços, foi assinado um termo de compromisso firmado entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa, proprietária do imóvel e a FUNCEP, a respeito da utilização da casa da pólvora. Por este documento obrigava-se a Prefeitura a instalar aí o museu fotográfico da cidade, denominado Walfredo Rodriguez, e a mantê-lo em caráter permanente, não podendo alterar tal destinação. Comprometia-se ainda a conservar o imóvel restaurado, bem como os serviços de apoio a partir de então implantados – compreendendo bar, sanitários, área de acesso e estacionamento – utilizando-os sempre para fins de lazer e turismo. Apesar deste compromisso, a casa da pólvora e demais serviços de apoio foram abandonados ao findar o século XX, assim permanecendo por muitos anos.

Devido ao seu valor artístico e histórico e por ser o único exemplar no Brasil de prédio construído para este fim que não se localiza no interior de um forte, este monumento foi inscrito sob os números 58 do Livro Histórico e 103 do Livro das Belas Artes do IPHAN em 24 de Maio de 1938.

